

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.027](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.027)

# O FENÔMENO DA DESAGREGAÇÃO E A ARQUITETURA DA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

*PEDRO AUGUSTO ALVES DE INDA*

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - RS, [paainda@ucs.br](mailto:paainda@ucs.br);

*NILDA STECANELA*

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, [nstecane@ucs.br](mailto:nstecane@ucs.br);

## RESUMO

Este trabalho procura identificar quanto o fenômeno da desagregação - que permite separar as partes constituintes do ensino superior em todas suas escalas e os estudantes as acessarem do modo que desejarem - está impactando na experiência acadêmica. Procura mensurar e compreender o que é esse fenômeno e a importância da vivência integral para o aprendizado a partir da percepção dos estudantes sobre seus percursos formativos, num cenário onde o avanço das instituições de ensino superior (IES) mercantis têm feito o ensino assemelhar-se cada vez mais a produtos a serem consumidos em prateleiras. Também, como nesse ambiente uma universidade comunitária (ICES) pode oferecer ensino de qualidade e desenvolver sua região competindo com esses grandes grupos mercantis. Objetiva identificar como os estudantes constroem um todo coerente, uma arquitetura da experiência acadêmica, ou não, na sua formação a partir das inúmeras partes hoje oferecidas pela facilidade e incentivo à mobilidade acadêmica entre IES. Consiste num estudo de caso numa ICES - uma investigação empírica para construir dados e apreender a totalidade de um fenômeno num contexto social onde o limite entre eles ainda não está claro e se possui pouco controle sobre os eventos estudados. Trata-se de um estudo particular, descritivo, explicativo e indutivo, tendo o pesquisador como um sujeito implicado auxiliando na pesquisa. Resultados preliminares apontam alta mobilidade acadêmica na ICES - quase 30% dos estudantes constroem seu todo a partir do aproveitamento de partes cursadas em várias IES. A percepção dos estudantes sobre seu percurso formativo aponta para padrões recorrentes onde eles buscam alguma coerência para construção do seu todo e indicam

toda dificuldade que enfrentam até se afiliar ao seu curso e dar sentido à sua formação no ensino superior.

**Palavras-chave:** Ensino superior, Fenômeno da desagregação, Experiência acadêmica.

## INTRODUÇÃO

---

**É** de senso comum que os anos de vivência no ensino superior são marcantes para todos que o conseguem cursar, talvez, porque ao percorrer os caminhos para aprender as habilidades e competências necessárias a sua formação acadêmica, ele precisa vivenciar esse aprendizado, e ao fazer isso, enriquece sua formação integral, pois relaciona o que estuda com o que vive, conhece pessoas novas, futuros colegas de trabalho, talvez um amor, enfim, vivencia emoções únicas.

Apenas ler os livros e fazer as provas não é o que lhe garante esse aprendizado, é o convívio com os colegas e professores, os estudos na biblioteca, os trabalhos em grupo, o caminhar nos corredores, as conversas nos bares, as monitorias, o diretório acadêmico, as festas com os colegas, os estágios profissionais, os intercâmbios e viagens de estudo, as alegrias e tristezas, os momentos de realização e fracasso, tudo isso faz parte dessa experiência que é cursar o ensino superior.

John Dewey (1979) já nos esclarecia na primeira metade do século passado a importância da experiência e o cuidado com a organização e sistematização do conhecimento para o aprendizado, que a continuidade e interação entre os dois que garantiria a implementação real de uma nova filosofia de ensino, e não apenas a negação do ensino tradicional, compartimentado em matérias e rígido em seu formalismo.

Para que esse conjunto de experiências aconteça, primeiro é preciso que o sujeito de fato ingresse nesse mundo novo. Esse período de ingresso e adaptação ao ensino superior é definido por Alain Coulon (2008) como afiliação e inicia em aprender a ser um estudante do ensino superior com a complexidade e autonomia que vem com isso, e que pode ser entendido como um processo contínuo que irá se repetir toda vez que um sujeito se colocar na situação de fazer parte de um novo grupo, assimilando novas funções e desenvolvendo habilidades que não tinha. (SAMPAIO; SANTOS, 2015)

Ou seja, o aprendizado do ensino superior é constituído por uma série de fatores que vão muito além da sala de aula e conteúdos ministrados, e todos esses precisam, em algum momento, fazer sentido para o estudante, ele deve conseguir compreender como conseguiu aprender um todo maior a partir das partes experimentadas, seja nos estudos ou em atividades realizadas e vividas.

Assim, de modo preliminar, a experiência acadêmica no ensino superior pode ser entendida como um conjunto de atividades realizadas por todos espaços das

universidades, e inclusive fora dele, que vão dando essa formação para os estudantes, e que ali que seu aprendizado efetivo acontece, pois é onde compartilha com colegas e precisa colocá-lo em prática.

Pode-se comparar esse ambiente necessário ao aprendizado como uma arquitetura para esse processo aconteça, isso porque a arquitetura é quando construímos algo que além de cumprir sua função primordial, acrescenta ao usuário uma experiência única naquele espaço, seja pela beleza, espacialidade, o conforto, visuais, possibilidade de integração de outras funções, por seu todo ser maior que a soma de suas partes e dar um sentido aquele lugar. Michel de Certeau (1998) define esse acontecimento que a arquitetura traz aos lugares como o espaço praticado.

Assim, a experiência acadêmica só se realiza quando suas partes constituintes fazem sentido de todo para quem vivencia, como a arquitetura só se concretiza quando sua forma, função, estrutura são intrinsecamente relacionados ao seu entorno, e seu todo compreendido pelas suas partes. Em ambos casos, se isso acontece, o todo é maior que a soma das partes e essa experiência se torna única e memorável.

Desse modo, a arquitetura da experiência acadêmica acontece quando se consegue que, independente de como o estudante faça seu percurso pelo ensino superior, ele consiga atribuir, ou dar um sentido maior para tudo que viveu, desenvolvendo as novas competências e habilidades para o ingresso na profissão e grupo social que escolheu.

Este estudo propõe se debruçar em como os estudantes constroem, ou não, essa arquitetura a partir do conjunto de partes que podem ir montando, e que hoje são oferecidas em escala antes nunca vista, num período em que o ensino superior sofre pressões variadas, desde a exploração como mercadoria pelos investidores privados, o impacto da tecnologia no ensino, às mudanças políticas e sociais que colocam em cheque a antes indiscutível hegemonia das universidades, e suas consequências na legitimidade e na própria instituição. (SOUZA SANTOS, 2004)

Dentro desse cenário, as universidades comunitárias, (ICES) que representam quase 10% das universidades do país, são reconhecidas como um modelo entre as instituições públicas e privadas e se identificam como instituições públicas não-estatais, e agrupam as universidades confessionais ou não-confessionais, ou laicas, sem fins lucrativos, e, especificamente, porque as laicas surgiram em lacunas do

território não atendidas pelo estado, tomam esse caráter de pública, atuando em prol do desenvolvimento regional e da sociedade. (LONGO, 2019)

Este conflito entre a natureza de sua origem (privada) e sua atuação (pública), é suficiente para entender que, no cenário atual, ela compete no mercado com instituições privadas mercantis para conseguir sua sustentabilidade econômica e poder prestar seu serviço à sociedade, e a pressão que as IES mercantis fazem concorrendo pelos estudantes nas suas regiões tem imposto dificuldades que não existiam antes da LDB de 1996, principalmente para as comunitárias, que não têm o financiamento público nem de grandes grupos societários privados. (BITTAR; OLIVEIRA; MOROSINI, 2008) Soma-se a isso o expressivo aumento da oferta em cursos EAD por grandes grupos educacionais.

Também é importante o impacto do mundo digital no ensino tradicional, que tem obrigado as universidades a se atualizarem e inovarem constantemente. Nesse processo de mudança o ensino desagregado ganha espaço, pois permite maior flexibilidade que o tradicional. (MCCOWAN, 2018)

Esses três pontos são os que mais impactam no problema de pesquisa, pois essa pressão sobre o ensino superior pode estar fazendo com que a experiência acadêmica seja cada vez mais desagregada, e como para ter legibilidade é necessário que as partes sejam compreendidas num todo coerente, como define Kevin Lynch (1999), será que os estudantes, nessas condições, conseguem perceber o todo de sua formação?

O acadêmico precisa entender o todo, o curso, e as partes, sua trajetória, onde ele está em relação ao todo, para onde vai e o porquê, pois se ele não tem essa visão do todo e suas partes, ele pode se sentir perdido, podendo ficar desanimado, sem interesse, e inclusive ansioso ou depressivo, pois é um grande esforço que se faz para cursar uma graduação e existe uma expectativa grande da família e sociedade que ele seja bem sucedido nessa sua trajetória.

Compartimentar o conhecimento em disciplinas, organizadas em cursos, departamentos ou áreas de conhecimento e o remontar em currículos, aceitando a lógica analítica que vem do mundo industrial, da linha de montagem, sem considerar muitas vezes as visões que vem da filosofia e artes, que articulam a ideia do todo, o sentido, foi aos poucos construindo um ensino que permite que o todo seja apenas o resultado da soma das partes.

Porém, como até certo momento os estudantes “montavam” todas essas partes dentro de praticamente uma única instituição, no máximo duas, e muitas

vezes a segunda por um intercâmbio, esperava-se conseguir um sentido de todo por seguir basicamente um projeto pedagógico e compor algumas partes de outros.

Não que isso se efetivasse como uma realidade no aprendizado, mas o fato de o estudante pertencer prioritariamente a um ambiente educacional dava a sensação de que havia um sentido de todo nem que fosse pelas vivências e experiências que teriam, que seriam similares, então a preocupação se concentrava mais se os conteúdos e horas estavam sendo cumpridos, ou não, e nas práticas pedagógicas, mas não na experiência do acadêmico como um todo pois o todo era a própria instituição, de certo modo.

Porém, esse modelo de construção do conhecimento por partes somado às políticas neoliberais que ganharam força no final do século XX e tendo, curiosamente, forte justificativa nas pedagogias de ensino mais contemporâneas que buscam dar autonomia ao estudante na busca de um cidadão mais reflexivo criaram um solo fértil para o que se conhece como o fenômeno da desagregação, que permite que se separe as partes constituintes do ensino, em todos os seus níveis e escalas, e que na ponta desse fenômeno o estudante pode acessar os pedaços do ensino superior que lhes é ofertado do modo que lhe convier. (MCCOWAN, 2018)

Desse modo, o todo começou a ser desmontado e vendido por partes em escala nunca antes vista, permitindo que os estudantes possam comprar as partes de instituições diferentes e ir montando sua graduação praticamente de qualquer maneira, bastando atender o número de horas e conteúdo mínimo.

Ou seja, a desagregação não é prejudicial em si, muito antes pelo contrário, ela existe desde há muito tempo e pode ser bem positiva na constituição da autonomia do estudante enriquecendo a experiência acadêmica, mas o fenômeno da desagregação do ensino superior, que é esta mercantilização do ensino, como produtos em "prateleiras", precariza o ensino e possibilita a diminuição da experiência acadêmica, pois o estudante pode simplesmente ir montando seu curso superior com um conjunto de partes desconexas sem a construção de um todo coerente.

Isso porque uma minoria de estudantes teriam conhecimentos prévios necessários para já ingressar no ensino superior com maturidade para lidar com essa situação de poder ir montando o todo por partes num conjunto coerente. De um modo geral, espera-se que ele atinja esse grau de maturidade no ensino superior, não que chegue pronto a ele. E se hoje ele pode ir ingressando e trocando de cursos com muita facilidade, aproveitando as partes que cursa aqui e ali, seja por economia, seja por conveniência, como isso poderia afetar seu percurso formativo?

Assim, seja aquele estudante que ingressa e fica numa instituição apenas e vai “matando as cadeiras” da grade para se graduar, seja o que fica de uma IES para outra para fazer o mesmo, “matar as cadeiras”, buscando alguma facilidade ou benefício nesse processo, como eles dão sentido a tudo isso? O ensino, diferente de outros serviços prestados, vem junto com a experiência do aprender, então, será que eles serão capazes de aprender, de fato?

Se não há aprendizado sem emoção, como nos ensina Paulo Freire (1996), então o ensino precisa vir carregado de sentido, de um todo coerente, e, como se pode fazer isso nesse momento que o fenômeno da desagregação impacta em todos níveis do ensino superior, desde a desagregação dos cursos até as estruturas fundamentais da universidade? Como os docentes podem cumprir seu papel de educador, não de vendedor ou facilitador de disciplinas, nesse cenário?

Desse modo este trabalho busca explorar nesse contexto que se impõe caminhos possíveis: de nada adianta, nós educadores, ficarmos reclamando nas associações de classe, sala dos professores, corredores das instituições, que hoje trabalhamos sem condições e ainda, para piorar, as políticas neoliberais e o mercantilismo depreciam o ensino superior, tratando-o como qualquer outro produto que pode comprado pela internet, fazendo com que os estudantes não deem o valor adequado.

Percebe-se, atualmente, que aqueles que defendem políticas neoliberais na economia andam junto com os que defendem políticas conservadoras nos costumes e, por consequência, na educação. Mesmo que uma onda conservadora venha a vigorar - como tem se apresentado na última década - ela não deverá ser sobre as políticas neoliberais, mas sim, na forma e no conteúdo que deve ser ensinado. Assim, pode-se até retornar a uma universidade tradicional nos projetos pedagógicos e nos conteúdos ministrados, sendo inseridos disciplinas tecnicistas no lugar de humanistas, mas não deverá se retornar a um modelo de educação protegido pelo estado e assim livre da concorrência dos grandes grupos mercantis.

E considerando que essas políticas foram implantadas e cresceram no Brasil ao longo de anos de governos que a princípio defendem pautas progressistas na educação, com o efetivo aumento do financiamento público para grupos privados a partir de renúncia fiscal e outros dispositivos tendo como consequência a expansão do modelo mercantil e formação de oligopólios educacionais (SANTOS FILHO, 2016), não se pode considerar que por alguma razão haja um recuo nesse sentido, seja que tendência política esteja ditando as regras da educação.

Devemos encarar que a possibilidade de ir comprando a sua formação em partes é inevitável, assim, precisamos encontrar as estratégias para acolher os estudantes, desenvolver metodologias de ensino adaptadas a esse cenário, e inclusive, estabelecer os limites que precisam ser impostos para que a experiência acadêmica aconteça e a educação não seja prejudicada, pois como Dewey (1979) já nos alertava no século passado, na sua primeira reflexão sobre as escolas “novas” e “progressistas” em relação às tradicionais, que a questão básica prende-se à natureza de educação sem qualquer adjetivo qualificativo, que aquilo que se busca e é o que se precisa é educação pura e simples.

Assim, precisamos descobrir como fazer educação pura e simples nesse contexto de mercantilização, potencializado pelo fenômeno da desagregação, num mundo onde as variáveis podem e mudam a qualquer momento pela velocidade que a tecnologia incorporada à vida cotidiana impôs.

Ante o exposto, a tese que este estudo propõe-se a defender é que para acontecer o aprendizado efetivo e a formação integral do ser humano, o objetivo intrínseco da universidade como compreendida desde sua constituição moderna, é necessário que uma experiência acadêmica coerente, independente de desagregada, ou não, para que o estudante construa a arquitetura dela, de como se constituiu seu percurso formativo, sentido de afiliação e o aprendizado em si, ou seja, que permita que as partes da sua formação sejam compreendidas no todo da constituição desse ser humano, e não apenas uma coleção de conteúdos ministrados e habilidades e competências adquiridas.

A defesa que para que a formação integral aconteça a partir da experiência acadêmica, não exclui que possa acontecer em cursos EAD ou híbridos, mesmo que não sejam o objeto deste estudo, desde que sejam previstos nos projetos desses cursos que o estudante busque essa experiência de outras formas, e elas sejam parte constituinte do seu todo coerente. Nada impede que num bom curso EAD o estudante tenha orientação humana quanto a sua formação e precise fazer estágios e ir a bibliotecas, e assim se reunir com colegas para que essa experiência seja rica e coerente com sua formação.

O que essa tese, sim, defende, é que independente da possibilidade da mobilidade entre cursos e instituições que o fenômeno da desagregação permite, e as inúmeras modalidades que se pode estudar hoje, é que quando esse estudante ingressar numa instituição, seja pela primeira vez que acessa o ensino superior, ou por que retorna a estudar, seja porque vai enriquecer sua experiência pela mobilidade



ou apenas obter vantagens econômicas, ele não seja tratado como “estoque” de matrículas por esta instituição, que mesmo que saibamos que os aspectos econômicos e a pressão da mercantilização exista, ela não transforme os estudantes em consumidores, o ensino em mercadoria e os professores em vendedores ou facilitadores.

Pelo menos não nas universidades comunitárias, que não têm o lucro como seu objetivo-fim, que se possa encontrar um caminho entre a sustentabilidade financeira dessas instituições frente ao avanço das IES mercantis sem que percam sua identidade, de terem um caráter público, mas não-estatais.

Então, considerando o cenário atual do ensino superior no Brasil com a expansão de IES mercantis e aumento da concorrência, que possibilitam aos estudantes uma mobilidade maior de instituição, ou curso, seja por transferências externas ou reopções internas, aumentando a proporção de estudantes que se graduam aproveitando partes de projetos pedagógicos de mais de uma instituição, ou curso, o objetivo geral deste trabalho é elaborar uma ferramenta de apoio aos coordenadores de curso e professores para que possam orientar os estudantes a uma experiência acadêmica coerente como um todo, uma arquitetura da experiência acadêmica, mesmo construída por partes, ou seja, desagregada, face o cenário atual que permite e potencializa muitas possibilidades de cursar o ensino superior sob pressão do mercado financeiro que o explora com fins lucrativos, e não educacionais.

Para isso antes será necessário compreender o fenômeno da desagregação do ensino superior e como ele se manifesta numa grande universidade comunitária do sul do Brasil, nas dimensões associadas à experiência acadêmica do estudante, especificamente, na possibilidade de ir fazendo seu percurso pela soma de partes oferecidas na mesma IES ou por várias IES, num todo coerente, ou não.

Após, identificar a escala que o fenômeno da desagregação pode estar atuando nesta universidade comunitária a partir do aumento de transferências externas e reopções internas observado na última década, que impactam diretamente no percurso formativo dos estudantes e sua experiência acadêmica.

E identificada a escala, compreender a imagem da experiência acadêmica que os estudantes constroem através da imagem mental do seu percurso formativo, verificando os pontos de convergência entre o percurso proposto nos projetos pedagógicos para o estudante percorrer e o que efetivamente ele percorreu na sua experiência acadêmica, para destes apontar as partes neste percurso que os

acadêmicos usam para montar sua imagem, ou seja, aquilo que mais percebem e valorizam.

Por fim, identificar como os estudantes compreendem sua trajetória e experiência acadêmica através da análise de percurso, que relaciona o mapa mental e o percurso efetivo nos projetos pedagógicos propostos, que poderá apontar com mais exatidão, então, não só o que mais percebem e valorizam - as experiências - mas também o toda a organização destes - os conteúdos - associando os princípios de continuidade e interação, (DEWEY, 1979) efetivando, pura e simplesmente, a educação que teve.

## **METODOLOGIA**

---

Para responder essas perguntas, o trabalho é um estudo de caso numa grande ICES do sul do país, método indicado para análises que precisam construir numerosos dados para apreender a totalidade de uma situação (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977) como meio estudar objetos sociais preservando o caráter unitário do objeto estudado (GOODE; HATT, 1979), pois é definido como uma investigação empírica de um fenômeno dentro de contexto social onde o limite entre esses ainda não está definido, e o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos estudados, sendo, neste estudo, um objeto de estudo e múltiplas unidades de análise - único incorporado. (YIN, 2001)

É particular, descritivo, explicativo e indutivo e por isso, o pesquisador ser um sujeito implicado, que é o caso, auxilia na pesquisa, pois é o positivismo limita o pensamento científico ao desassociar a subjetividade inerente entre sujeito e objeto em nome da objetividade da ciência, desconsiderando a necessidade do pensamento crítico do construtor e do construído. (MARTINS FILHO; NARVAI, 2013)

A pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovada sob o CAAE nº 69285823.7.0000.5341, uma vez que tem a participação dos estudantes.

Inicia pela revisão de literatura, para que se compreenda o que é o fenômeno da desagregação e seu impacto na educação e no ensino, mas especificamente como impacta na Universidade de Caxias do Sul, o que é experiência acadêmica e sua importância para o aprendizado e uma análise do cenário atual que se enfrenta para poder encontrar caminhos possíveis.

Tendo a compreensão do que é o fenômeno da desagregação o passo seguinte é medir a escala desse impacto dentro da universidade em estudo, e para tal iniciou-se uma coleta e análise de dados da ICES no que diz respeito à mobilidade discente, pois a possibilidade de ir trocando de IES impacta diretamente na experiência acadêmica e tem sido potencializada pelo fenômeno da desagregação e políticas educacionais das últimas décadas.

A metodologia consiste em verificar o que foi definido como IIM (Índice Inicial de Mobilidade), que é a proporção do ingresso no início do curso pelo ingresso por transferência externa, e o IAM (Índice Ampliado de Mobilidade), que é a proporção do ingresso no início do curso pela ingresso por transferência e as reopções.

O IIM mostra a mobilidade entre IES verificando o incremento de transferências para se ter noção da escala do fenômeno da desagregação mais efetivo, que é poder ir trocando de IES para obter vantagens econômicas, (aproveitando as disciplinas) ou seja, ir montando as partes do seu todo motivado principalmente pelos descontos oferecidos pelas IES que concorrem pelas matrículas dos alunos.

O IAM inclui as reopções dentro da IES verificando mobilidade externa e interna, incluindo estudantes que iniciam o curso mas podem aproveitar disciplinas de conhecimento geral e básico, ou mesmo teor formativo, e mostra o impacto que a desagregação permite para os jovens quando ingressam no ensino superior e ainda estão no processo de afiliação, neste período de escolha da carreira, e vão trocando de curso até se decidir. Um aspecto mais sócio-cultural do fenômeno da desagregação na experiência acadêmica, mesmo que também seja econômico, pois pressiona as ICES a terem o máximo de disciplinas compartilhadas e de formação geral para competir com as IES mercantis.

Importante observar que não é apresentado um índice total ou definitivo de mobilidade, ou algo parecido, pois para chegar nele seria necessário a verificação individual do percurso de todos estudantes, pois um mesmo estudante poderá ter feito uma transferência e uma reopção, mas isso não invalida o que se procura identificar neste estudo, que é essa "sensação" que se tem de poder ir trocando de cursos como quem compra produtos.

Salienta-se que para um índice total de mobilidade também deveria ser incluída a mobilidade pelo intercâmbio, mas este tipo de mobilidade não é motivado pelo fenômeno da desagregação, e sim por razões de aprimorar sua experiência acadêmica, sendo assim, não considerado para esses índices de mobilidade.

A universidade em estudo se organiza em seis áreas de conhecimento, assim, procurou-se escolher um curso de cada área, que fosse um dos maiores e mais tradicionais, tendo maior procura e visibilidade, contribuindo mais nos números de transferências e reopções, e por consequência, na percepção de mobilidade. E por serem ofertados a mais tempo, tendo participado de ciclos avaliativos do MEC após a LDB de 1996, foram diretamente impactados diretamente pela pressão da mercantilização do ensino.

Também se incluiu na amostra, além dos bacharelados, que são os maiores cursos, pelo menos uma licenciatura, que foi escolhida da área com maior concentração desse tipo de graduação. Também observou-se que o curso de Medicina, e outros da área da saúde, com enorme procura atualmente se distanciam muito dos demais em muitos aspectos, e precisam de um estudo específico, ficando, então, descartados desta pesquisa.

A definição por levantar os dados de um único curso em cada área leva em conta viabilizar a pesquisa, elaborando uma metodologia simples, que não envolva orçamentos impeditivos e grandes equipes de pesquisadores, para que possa ser aplicada em outras IES, possibilitando um estudo bem amplo do impacto do fenômeno da desagregação no ensino superior, principalmente, nas universidades comunitárias.

Os dados consolidados de toda universidade nos permitirá alcançar um dos objetivos específicos do trabalho, que é compreender o fenômeno da desagregação e mensurar a escala que ele pode estar impactando na ICES, enquanto o detalhamento em cursos por áreas nos permitirá compreender como ele atua mais especificamente nas diferentes partes que compõem a universidade, pois os cursos e áreas têm perfis diferentes, podendo ter impactos distintos.

Definidos os cursos foi feita a coleta para encontrar os índices da universidades e dos cursos escolhidos. Com esses dados se pode avaliar o impacto do fenômeno da desagregação na ICES sob o ponto de vista da mobilidade no ingresso. Finalizada essa etapa, iniciou a seguinte onde foi construído e aplicado o instrumento para identificar como o estudante constrói e percebe sua experiência acadêmica: o mapa mental do percurso formativo.

O mapa mental é uma metodologia importada dos estudos da percepção ambiental construído por Kevin Lynch (1999) para identificar que elementos na cidade os seus usuários guardam memória e utilizam efetivamente para compreender a cidade. Sua riqueza está em trazer, de qualquer entrevistado, os elementos

marcantes no meio urbano, que nas nossas cidades contemporâneas são diversos e muitas vezes desconexos, ou seja, que partes do todo conseguem entender.

A construção desse mapa pode nos dar a percepção do estudante dos momentos onde a aprendizagem foi mais efetiva, com experiências marcantes. Como o objetivo do estudo é identificar a imagem mental que os estudantes fazem do seu percurso formativo, o primeiro passo é efetivamente eles desenharem e descreverem seu mapa mental. Para isso o procedimento é análogo ao para fazer os mapas mentais das cidades, pois a complexidade é bem similar.

Lynch (1999) descreve o procedimento para coleta do mapa mental que consiste que o entrevistado desenhasse um mapa esquemático da cidade em questão e descrevesse alguns pontos marcantes e trajetos ou percursos feitos. Esse procedimento busca na memória as partes mais expressivas e vivas, indicando pontos com maior legibilidade e imaginabilidade.

Isso é feito entregando uma folha em branco com apenas algumas instruções, que consiste em uma sequência de sugestões/perguntas, como roteiros que o entrevistado faz pela cidade, para ajudar na elaboração. Isto porque o entrevistador deve ter a menor interferência possível na elaboração do mapa. Assim ele pode sugerir: “desenhe o caminho que faz de casa até o trabalho”, por exemplo.

Após o entrevistado concluir, o entrevistador pode interagir, mas, apenas para perguntar pontos que não identifica ao ler o mapa, e anotar as respostas, como, por exemplo: “esse ponto que marcou, o que é?”, “essa linha ondulada o que significa?” e anota a resposta para análise posterior, sem interferência no mapa.

Com uma amostra de mapas, o pesquisador pode, então, elaborar um mapa síntese identificando os elementos citados nos mapas mentais, e as vezes que se repetem, para identificar quais padrões e singularidades, identificando como as pessoas se orientam na cidade, e, como compreendem um todo nesse conjunto de partes desconexas que nossas cidades se transformaram.

Esse é o ponto que os dois estudos têm de comum, pois o ensino superior impactado pelo fenômeno da desagregação pode ter um percurso composto de de um grande número de partes desconexas, como a cidade contemporânea, e, então, como o estudante encontra um todo coerente nesse conjunto? Assim, um mapa mental do percurso formativo pode ajudar a identificar vivências comuns aos estudantes, como eles construíram um todo coerente, ou não, a partir do conjunto das partes experimentadas.

Após a aplicação do instrumento, pode ser feita a síntese do que foi representado nos mapas mentais do percurso formativo para identificar, comparando os mapas, experiências marcantes recorrentes que efetivaram a afiliação ao curso, o aprendizado efetivo, e outros, que nos apontará eventuais padrões e as singularidades no percurso para constituir um todo coerente a partir das partes.

Verificado que a metodologia aplicada responde bem aos objetivos propostos, definiu-se a amostra estratificada para aplicação. Dos cinco cursos já selecionados para identificação dos índices de desagregação, com o intuito de viabilizar a aplicação do instrumento em tempo hábil, se definiu escolher três cursos pelos seguintes critérios: um com alto potencial de desagregação (APD); um com médio potencial de desagregação (MPD), e, um com baixo potencial de desagregação (BPD).

Para o estudo será submetida uma amostra dos estudantes com mais de 80% do curso concluído, pois esta é a linha de corte que o MEC utiliza para definir os alunos “possíveis concluintes” que deverão fazer a prova do ENADE, ou seja, os estudantes que já têm uma vivência efetiva no seu curso e podem compartilhar como foi esse percurso. Também será observado na amostra o percentual de estudantes que ingressaram no curso e fizeram todo seu percurso nele, e dos que têm seu percurso constituído por aproveitamento de disciplinas de outros cursos, seja em outra IES seja por reopção interna. Assim, se poderá comparar se existem diferenças significativas, ou não, na percepção do percurso entre estudantes com e sem mobilidade.

O instrumento também será aplicado em alguns egressos para comparação com momentos de menor pressão do fenômeno da desagregação do ensino superior, podendo se ter melhores dados do impacto dele sobre os estudantes e como eles construíram seu percurso.

O estudo está em andamento, tendo sido iniciado em um dos cursos. Após a aplicação do instrumento se procede a análise de percurso do estudante que inicia a partir do estudo de currículo, onde verifica-se como ele cursou cada disciplina prevista, e outras atividades complementares, identificando se houve o aproveitamento das partes de outras IES, relacionando como os estudantes perceberam isso.

Para isso, se analisa o estudo do currículo dos entrevistados, observando o percurso sugerido na “grade curricular” e o que ele de fato cursou, utilizando aproveitamentos, intercâmbios, e as atividades complementares e estágios, e de posse do mapa mental do percurso formativo do estudante, observa-se os pontos que ele citou, podendo então, identificar se foi constituído de modo agregado - numa

mesma instituição, independente de qual instituição - ou se foi construído de partes experimentadas de modo desagregado.

Isso permite identificar os pontos de afiliação, ou seja, onde o estudante indica ter feito sua adaptação ao ensino superior e no seu curso de graduação, principalmente se o fez numa instituição ou em várias, e os pontos ou momentos de continuidade e interação, que é onde a experiência acadêmica se realiza e o estudante começa a dar sentido entre os conteúdos e prática profissional.

Com toda amostra do curso poderá se identificar os padrões que se repetiram nos mapas mentais e registrar num mapa síntese do curso, onde estes ficam identificados como referência para a construção do instrumento de apoio. Já as singularidades nos mapas mentais podem ajudar a orientar mais especificamente os estudantes, pois as experiências dos colegas sempre ajudam os estudantes a se sentirem mais acolhidos.

Então, de posse dos números da escala do fenômeno da desagregação e de como é feita e percebida a construção da experiência acadêmica, se poderá fazer o aprofundamento necessário para a compreensão de quais partes da vida acadêmica impactam mais nos estudantes, identificar padrões que são recorrentes, o que é específico de cada indivíduo nesse percurso, se, como, e quando se constituem um todo para eles.

A partir disso, se poderá construir um instrumento de apoio aos docentes, que é o objetivo principal do trabalho, principalmente para os coordenadores de cursos e professores mentores ou envolvidos com atividades de tutorias, que os auxiliem na elaboração e ajustes dos seus PPC e, principalmente, a orientar os estudantes a construírem uma Arquitetura da sua Experiência Acadêmica, mesmo que constituída a partir de partes até certo momento desconexas, mas que se pode organizá-las de modo a que fiquem coerentes e façam um sentido de todo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

Os primeiros dados levantados (Fig. 1) já trouxeram números interessantes sobre a mobilidade acadêmica e possível impacto do fenômeno da desagregação na ICES estudada. O IIM de 2010 a 2015 era na média de 10,5%, ou seja, de cada 100 alunos que ingressaram nos cursos, mais de 10 vinham de outras IES. Em 2020 foi de 19,5%, ou seja, em cinco anos o IIM quase dobrou. Já IAM era na média de 13,4%

até 2015, e em 2020 foi de 29,6%, ou seja, quase 30% dos estudantes que ingressaram teriam o curso construído com partes de outros.

**Fig. 1: Tabela dos IIM e IAM da ICES e cursos analisados de 2010 até 2021.**

ICES		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
IIM	ICES	10,15	10,44	11,12	11,85	10,82	10,69	12,35	16,01	17,00	17,57	21,69	18,27
	ARQ	9,09	9,34	13,46	15,00	6,83	9,35	22,22	20,78	19,06	18,92	44,90	23,91
	ADM	13,97	10,19	21,51	19,39	20,61	18,89	19,53	18,06	18,63	33,33	33,71	25,00
	DIR	10,16	8,43	8,24	9,46	9,89	8,95	11,08	12,50	16,92	15,56	34,09	28,25
	LET	4,35	4,35	3,33	6,28	2,22	11,78	0,00	50,00	0,00	29,57	7,69	0,00
	MEC	7,91	5,75	6,67	6,32	6,88	7,88	11,61	18,75	10,71	15,63	21,88	29,31
IAM	ICES	13,10	12,57	13,66	14,35	13,29	13,69	14,75	16,65	22,94	25,71	29,59	26,14
	ARQ	11,50	10,57	13,95	15,53	8,84	10,00	22,22	21,79	26,09	23,08	50,00	32,69
	ADM	23,41	15,44	28,43	25,54	28,01	27,72	29,19	26,25	27,19	51,18	42,72	36,84
	DIR	11,69	9,33	9,82	13,02	12,11	10,51	11,59	14,63	21,74	25,82	38,52	34,42
	LET	8,33	4,35	12,12	16,67	4,35	18,92	33,33	76,00	5,88	44,44	14,29	5,00
	MEC	10,73	8,97	7,39	7,35	8,37	10,12	13,16	20,00	10,71	20,59	28,57	44,89

Esses dados apontam há um incremento de mobilidade na ICES e ele coincide com o período que a oferta do ensino superior vem aumentando significativamente no setor privado, ampliando de 70,1% (2.760.759 matrículas), em 2003, para 75,7% (6.075.152 matrículas) em 2015 (SANTOS FILHO, 2016:72), que nos permite associar esse aumento de mobilidade pela oferta no mercado, que evidencia o fenômeno da desagregação.

Os cursos analisados demonstram uma desagregação maior nas áreas do conhecimento relacionadas a matriz econômica da área de abrangência da ICES, que se justifica pela forte participação da indústria e tecnologia na geração de empregos regional e a grande procura que se tem na sociedade pelo curso de Direito e Administração, necessários à condução de qualquer empreendimento e serviços públicos.

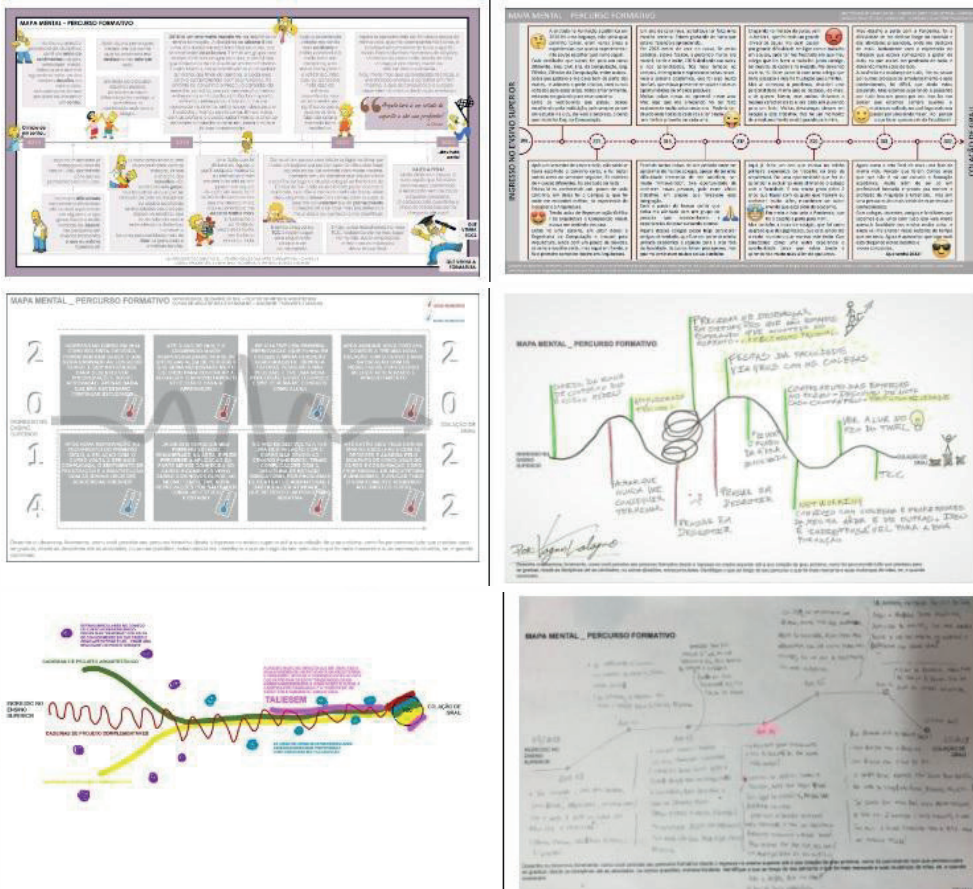
Observa-se que o curso de Letras flutuou de alto potencial entre 2014 e 2017 para praticamente nulo em 2021, que pode estar relacionado a políticas de incentivo ainda do governo federal entre 2014 e 2016, aumentando a procura, até o fechamento de todas licenciaturas presenciais na região, ficando apenas a ICES em estudo com esta oferta, assim, sem concorrência, mas com reduzido número de estudantes.

Ou seja, é evidente a pressão do fenômeno da desagregação na ICES em estudo, seja por ter que se ajustar para competir com o mercado, seja pela se adaptar as políticas públicas que mudam de governo para governo, que vão incentivando os jovens a irem buscar caminhos para fazer seu curso superior se utilizando da mobilidade facilitada, tanto por dificuldades financeiras ou dificuldade de se afiliar a um curso ou instituição.



No primeiro teste do instrumento (Fig. 2) feito com os estudantes algumas deduções prévias se confirmaram e surgiram novos pontos, ainda precisando do estudo mais amplo para verificação por amostragem, mas se mostrou adequado. Os mapas mentais vieram bem descritivos, com esquemas que organizam o percurso e desenhos representando emoções, o que se mostrou bem rico para compreender a imagem que eles fazem de sua experiência no ensino superior, apontando momentos de dúvida e alegrias, pensando em desistir ou decididos.

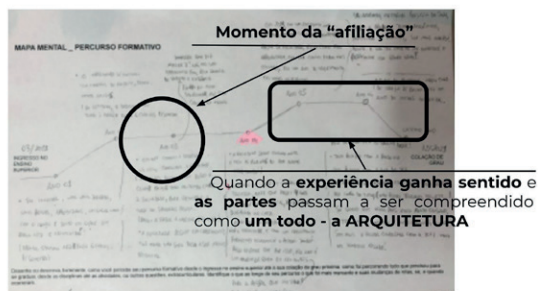
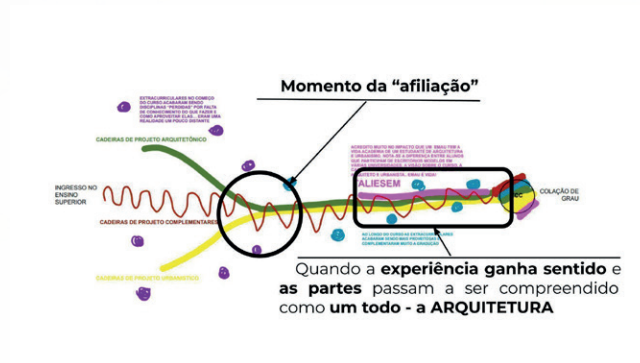
**Fig. 2:** Primeiros mapas mentais para verificação da metodologia. Todos identificam os estágios, tanto o curricular como os extracurriculares como pontos marcantes, a relação com os colegas e o ganho de autonomia e responsabilidade após um início repleto de dúvidas.



Fonte: autor.

Identificaram pontos comuns marcantes no curso, (Fig. 3) como o estágio curricular e os extracurriculares, disciplinas práticas bem específicas e o trabalho de conclusão, a vivência com colegas e ganho de autonomia e responsabilidade ao longo da jornada. Descreveram, também, momentos das escolhas pessoais e impacto na vivência do curso, passagens por outros cursos, mostrando a riqueza desse momento de vida e adequação do instrumento.

**Fig. 3: Exemplo de identificação de padrões recorrentes, onde se identifica o momento de afiliação, continuidades e interação de experiência e conteúdos pelos estudantes.**



Assim, com o mapa mental do percurso formativo se pode identificar em que momento os estudantes tiveram sua afiliação ao curso, e onde a continuidade e interação da experiência e dos conteúdos foi efetiva, dando o sentido de todo para eles, que é fundamental para alcançar os demais objetivos propostos neste trabalho.

Em seguida foi feita a análise de percurso, (Fig. 4) onde a partir do estudo de currículo do estudante se verificou o que ele cursou, e quando, se teve aproveitamentos, atividades extracurriculares, e comparando com o mapa mental, foi se identificando os pontos comuns, que indicam padrões onde a vivência foi mais efetiva para a maioria, e pontos específicos, que são das escolhas e dificuldades individuais de cada um.

Fig. 4: Esquema para fazer a análise do percurso relacionando a “grade curricular” com mapa mental.



Fonte: autor.

A análise de percurso permitiu, então, já elaborar os primeiros ensaios da síntese da imagem do curso, pois pode-se perceber onde os estudantes indicam o momento de afiliação no curso, e onde a continuidade e interação entre experiência e

conteúdos se efetiva no currículo ou fora dele, que são os elementos que se procura identificar para a elaboração do instrumento de apoio para os docentes construir e ajustarem os PPCs e, principalmente, orientarem os estudantes quando os receberem de transferências ou reopções, e mesmo os que ingressam no início do curso, mostrando caminhos para que eles possam construir um todo coerente a partir das partes já cursadas ao longo de sua jornada até a colação de grau no curso e instituição que escolheu.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

O trabalho está em fase final, ainda precisando tanto aplicar o instrumento, o mapa mental do percurso formativo, como fazer a análise dos percursos de toda amostra definida para que se tenha conclusões mais precisas, mas, pelos índices de mobilidade já identificados foi possível perceber com bastante clareza o impacto e escala do fenômeno da desagregação na ICES em estudo.

O IAM mostrou que pelo menos em torno de 30% dos estudantes que ingressam no início da década de 2020 terão sua formação com algum tipo de mobilidade impulsionada pela concorrência com IES mercantis, e não efetivamente uma decisão para aprimorar sua formação. Se considerarmos que a ICES mantém uma posição de maior reconhecimento, pode-se supor que as demais IES que atuam na região esse índice seja ainda maior, o que nos dá uma ideia do que o ensino superior está vivendo nos últimos anos.

Ou seja, enfrentar esse cenário propondo alternativas para que as universidades que tem por objetivo oferecer ensino de qualidade possam orientar os estudantes e ajustar os currículos parece ser urgente: ou entendemos como os acadêmicos estão vivendo tudo isso e como podemos melhorar nossos projetos de pedagógicos e o acolhimento nessas circunstâncias, ou a possibilidade do ensino superior se tornar apenas uma mercadoria é real.

Nesse caminho, para que se possa identificar como os estudantes se orientam nesse cenário, os primeiros mapas mentais trouxeram contribuições bem efetivas que apontam que sim, apesar de tudo, pelo menos após ingressar na ICES em estudo, que se propõe a oferecer ensino de qualidade, os estudantes parecem conseguir fazer sua afiliação e efetivar o processo de continuidade e interação. Mas aqui ainda é preciso terminar a aplicação na amostra definida, principalmente para verificar como serão os resultados nos demais cursos.

Enfim, o estudo parece trazer elementos bem interessantes para a discussão da crise que o ensino superior vive, não apenas no Brasil, mas no mundo de um modo geral, pois o fenômeno da desagregação é globalizado, então, identificar como os estudantes percebem sua trajetória pode ser um conhecimento útil desde a concepção de projetos pedagógicos, que consigam articular-se melhor com o cenário atual, a orientação dos acadêmicos, para que tenham uma vivência mais rica e com sentido de todo, para que possam construir a Arquitetura da sua Experiência Acadêmica.

## **REFERÊNCIAS**

---

BITTAR, Mariluce ; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

LONGO, Isaura Maria. **Identidade das Universidades Comunitárias no Contexto das Políticas Educacionais para Ensino Superior**. Itajaí: Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Curso de Doutorado em Educação, UNIVALI, 2019. Tese

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2.ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

MARTINS FILHO, Moacir Tavares; NARVAI, Paulo Capel. **O sujeito implicado e a produção de conhecimento científico**. Rio de Janeiro: Saúde em Debate, v. 37, n. 99, p. 646-654 out/dez 2013.

McCOWAN, Tristan. **A desagregação do ensino superior**. Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 2, p. 464-482, maio/ago. 2018.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; SANTOS, Georgina Gonçalves dos. **A teoria da afiliação: notas para pensar a adaptação de novos públicos ao ensino superior**. Blumenau: Atos de Pesquisa em Educação, v. 10, n.1, p.202-214, jan./abr. 2015.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. Belém: Programa de Pós-graduação em Educação, UFPA, 2016. Tese.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª ed., 2005. Coleção questões na nossa época, vol 120.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001